



## RESENHA DO LIVRO “EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ATORES E CENÁRIOS AO LONGO DA HISTÓRIA” DE SILVIA MARIA MANFREDI (2016)

Ailton Batista de Albuquerque Junior<sup>1</sup>, Adriano Monteiro de Oliveira<sup>2</sup>  
Maria das Dores Pereira de Sousa<sup>3</sup>, Adriana Neili Vasconcelos da Silva<sup>4</sup>  
José Wilson da Silva<sup>5</sup>, André Luiz Farias Alves<sup>6</sup>, Maria Auremirtes da Silva Oliveira<sup>7</sup>,  
Wesley Alves de Araújo<sup>8</sup>, Regina Daucia de Oliveira Braga<sup>9</sup>  
Edite Batista de Albuquerque<sup>10</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC), CE, BR.

<sup>2</sup>Mestre em Teologia com habilitação em Dimensões do Cuidado e Práticas, CE, BR.

<sup>3</sup>Mestranda em Ciências da Educação (Absolute Christian University), EUA.

<sup>4</sup>Pedagoga e Especialista em Docência dos Anos Iniciais (UECE), Fortaleza, CE, BR.

<sup>5</sup>Mestrando Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFES, PE, BR.

<sup>6</sup>Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC), CE, BR.

<sup>7</sup>Letróloga e Psicopedagoga, Fortaleza, CE, BR.

<sup>8</sup>Bacharel em Direito e Delegado de Polícia Civil de Iguatu, CE, BR.

<sup>9</sup>Mestranda em Ciências da Educação (Absolute Christian University), EUA.

<sup>10</sup>Bacharela em Recursos Humanos, Acadêmica em Direito (UNIFIC), Iguatu, CE, BR.

### RESUMO

Esta resenha tem como finalidade retratar os delineamentos que envolvem os fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-políticos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, adentrando nas relações/tensões entre trabalho, educação e profissionalização, a partir de um viés educativo-histórico-sociológico. Destarte, com fulcro na obra “Educação profissional no Brasil: autores e cenários ao longo da história”, de Silvia Maria Manfredi (2016), faremos uma breve genealogia histórica, demarcando concepções e práticas que marcaram o desenvolvimento da EPT na sociedade brasileira, desde os primórdios da colonização até a contemporaneidade, destacando as políticas públicas gestadas nas vigências dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio da Silva, Lula (2003-2011), tendo em vista que tais políticas provocaram vicissitudes no sistema escolar brasileiro, reverberando em novas formas de colaboração com setores da sociedade civil, redefinindo compromissos e encargos no campo da execução, gestão e financiamento intersetorial dessas políticas públicas.



desde os primórdios da colonização até a contemporaneidade, destacando as políticas públicas gestadas nas vigências dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio da Silva, Lula (2003-2011), tendo em vista que tais políticas provocaram vicissitudes no sistema escolar brasileiro, reverberando em novas formas de colaboração com setores da sociedade civil, redefinindo compromissos e encargos no campo da execução, gestão e financiamento intersetorial dessas políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de trabalho. Profissionalização. EPT.

### 1 - À GUIA DE INTRODUÇÃO AO TEMA

À rigor, a autora constrói um arsenal teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político consubstanciou-se com fulcro nas concepções de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus desdobramentos do ordenamento jurídico como política social, configurando-se assim como um direito social inalienável, universal e intransferível. Por essas vias, pretendemos tecer ponderações a respeito

da construção sócio-histórica da EPT em conjuntura nacional. O percurso e as configurações metodológicas contaram com abordagem qualitativa calcada no materialismo histórico-dialético, desenvolvendo o itinerário acadêmico-científico com delineamentos da pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, predominado o entendimento de contradições e totalidade no objeto de estudo, descortinando ranços e avanços no estado da arte.

Nesses termos, visando atingir o objetivo preestabelecido, adentraremos no livro "Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história" de Silvia Maria Manfredi (2016), além de outras contribuições teórico-metodológicas, técnico-operacionais e ético-políticas de arsenal primário e secundário. Sumariamente, o estudo permitiu-nos apontar que o estado da arte está em constantes vicissitudes em seu ordenamento jurídico, haja vista que a formação profissional, durante o século XX, sofreu uma série de reformas, ajustes, reajustes e desajustes. Por conseguinte, essas vicissitudes no ordenamento jurídico buscavam atender às demandas do mercado de trabalho, em consonância com as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Na obra resenhada, expõe-se que as categorias de educação e trabalho, desde sua gênese, incitam polêmicas e controvérsias, devido às diferentes concepções em que não analisadas. Nessa óptica, abordaremos o estado da arte, com fulcro em uma perspectiva de totalidade dialética que analisa um objeto específico, levando em conta as dimensões multifatoriais do todo. Isto posto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vem interpelando o pensamento educacional de como fazer a educação. Dessa forma, uma análise crítica e atenta acerca da EPT provoca questionamentos desafiantes ao pensamento pedagógico no que tange ao direito à educação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com efeito, Manfredi (2016) elaborou profícua colaboração aos profissionais e estudantes de cursos de licenciaturas, expondo saberes para quem for atuar nesse campo, esteja munido de noções básicas que irão se concretizar no exercício profissional. Por conseguinte, a escritora aponta que, mesmo havendo certo grau de correlação no binômio escolaridade-empregabilidade, cada categoria emerge em uma complexa rede de implicações e contradições sócio-históricas.

Sumariamente, ela sustenta que as ocorrências macroeconômicas do neoliberalismo a partir da década de 1990, imprimiram ao Brasil uma nova posição frente ao cenário de subordinação à economia global, rutilando na redução da empregabilidade industrial e no aumento do desemprego, do subemprego e da informalidade, formando um exército industrial de reserva.

Optamos pela escolha dessa temática, tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem sofre refrações estruturais em seu decurso, pois na gênese da aquisição de saberes, os estabelecimentos educacionais impregnam o currículo oculto nas formas de sociabilidade dos recursos humanos, estrutura física, material, tecnológica e pedagógica com atualmente ocorre.

A relevância deste assunto ocorre, devido constatar-se que a reformulação da EPT, buscou a ampliação da formação educacional nacional, expandindo-se territorialmente, para diferentes pontos no país, prospectando potencialidades das localidades para a produção de inovações tecnológicas, reverberando em estratégias geopolíticas na ambígua correlação entre educação profissional e a produção de conhecimento teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-políticos.

## **2 CRÍTICA VALORATIVA DAS INCURSÕES E DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

É sólido que a fundadora dessa obra, percebe que tanto o trabalho como a educação existem a partir da origem do ser humano na terra. Por conseguinte, as manifestações primitivas de educação informal e não intencional ocorreram na pré-história, período em que ainda não havia sociedades organizadas, contudo, apenas limitados agrupamentos humanos dispersos. Nesse ínterim, dialogamos com a Educação Profissional e Tecnológica emergindo oficialmente por meio do Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, corroborado pelo Presidente Nilo Peçanha, que assumiu a função depois do falecimento de Afonso Pena no mês ano.

Contemporaneamente, Manfredi (2016) enxerga que a educação é um desdobramento dos direitos sociais, tendo como defesa o valor da igualdade e equidade entre os cidadãos. Nesses termos, realiza uma reflexão, quando aponta que a educação poderá conceber tipos de homens, criando o

conhecimento que os legitima. Nessa acepção, a escritora aborda o conceito de educação em um viés amplo, lançando-a como espaço privilegiado de poder e influência societária. Em síntese, entende-se que essa categoria emerge como elemento fundante em virtude da necessidade humana de realizar a transformação do mundo natural, produzindo os bens materiais, simbólicos e serviços demandados à vida e a sua reprodução sociocultural.

Nessa obra de 476 páginas, aduzimos o ser humano como histórico e desprovido de uma essência genérica, posto que sua constituição sócio-histórica ocorre mediante o processo de trabalho, relacionando-se com a natureza, através da transformação e/ou reprodução. Assim, o trabalho, com fulcro em suas representações sociais, por muito tempo foi compreendido em sua conotação negativa como um castigo, distante e discrepante de seu significado positivo de labor.

O livro descortina que, na contemporaneamente, ainda é forte no imaginário social, a concepção de superioridade do trabalho intelectual, em detrimento de profissões que lidam com o trabalho material. Nesse ínterim, a ideia aludida é consubstanciada com fulcro no produto das relações sócio-históricas determinadas pelos seres humanos (MANFREDI, 2016). Nesse condão, a escritora quando traz à baila que, a EPT ganhou novos layouts por meio de criação de políticas públicas educacionais nas últimas duas décadas, preponderantemente, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciando a fundação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituído pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através do dispositivo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Nesses termos, a era petista, representada pelo então Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, deu maiores holofotes a essa modalidade de educação nas ações e estratégias desse governo (*Ibid.*)

Em suma, a formulação e reformulação de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica é pensada com fundamento no corolário das vicissitudes operacionais no sistema produtivo nacional, em que se busca a reconfiguração para um viés inovador em relação a essa modalidade de educação, em conformidade com as demandas deste século.

Proferimos que a EPT configura-se como uma nova institucionalidade, orientada para a produção de inovações técnicas e tecnológicas, *pari passu* que anima-se com as possibilidades de integração e competição econômica, em âmbito nacional e internacional. Subjacentemente, os currículos de EPT estão a serviço da competição econômica e geopolítica, visando dirimir a dependência nacional da tecnologia dos países desenvolvidos.

Em relação às premissas elencadas, é incontestável que no Brasil, muitos jovens começam suas atividades laborais precocemente, devido à necessidade de ajudar com as despesas dentro de casa. Nessa acepção, a EPT é tida como um objeto que assegura o direito ao trabalhador, de fato trabalhar.

Quando trazemos à baila, uma revisita à origem da institucionalização da escola pública brasileira, que emerge entre o século XIX para liminar do século XX, deparamo-nos com a nítida subdivisão entre a abordagem educativa, visto que essa orienta para o trabalho manual/técnico frente à classe trabalhadora, enquanto que trabalho intelectual, tem pretensão de formar a classe dirigente-hegemônica, tornando-a apta a atuar nas instâncias decisórias.

É firme que escolas profissionais tiveram sua gênese com fulcro em obras de caridade destinada a pobres e órfãos, desvinculadas do significado do trabalho como força motriz e sobretudo, produto de relações e mediações sociais. Contudo, essas concepções reconfiguram-se por meio de vicissitudes paulatinas, iniciando com a composição de 19 estabelecimentos educacionais. Isto posto, a rede federal de educação profissionalizante, aflora-se em 1909, sob o crivo do Presidente da República Federativa do Brasil, Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (*ibid.*)

Diante do exposto, constatamos que essa educação *sui generis*, era destinada aos menos favorecidos, pois menos não mais citando pobres e órfãos como outrora, percebe-se nas entrelinhas uma educação assistencial e não como direito, sendo os seus estabelecimentos administrados pela União, que disporá de estrutura física, econômica e recursos humanos para a realização desse empreendimento em cada Unidade de Federação (UF) Estados. Nessa perspectiva, concebemos essa legislação calcada na seletividade e focalização dos serviços, visto que em seu artigo 6º a lei propõe que apenas um determinado público poderia usufruir desse direito.

Nessa esteira, a autora assegura que a presente reforma marcou um significativo processo de inflexão histórico-social a constituição de desdobramentos do ensino secundário no Brasil, rompendo com modelos seculares nessa etapa de escolarização, expondo que na década de 1930, iniciam-se as concepções orgânicas de ensino, em detrimento de ideias fragmentadas do sistema educacional no Brasil, haja vista que uma corrente liberal de professores hegemônicos conseguiram que a Constituição de 1934 assumisse a prerrogativa tão reivindicada, do Estado se encarregar da elaboração de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional que levasse em consideração uma padronização curricular para os 26 estados que compõem o Brasil e o Distrito Federal. Nessa óptica, somente 13 anos depois que a lei só foi promulgada, em 1961.

### 2.1 Desdobramentos contemporâneos das políticas públicas de educação profissional e tecnológica

Um aspecto positivo em relação à EPT no Brasil, foi a elaboração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) por intermédio do Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006. Por esse ângulo, o artigo 1º, em seus parágrafos elencam que esse programa deverá abranger cursos e programas de educação profissional (EPT) de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio. Isto posto, é indispensável que essa formação considere as características do alunado atendido, podendo articular-se ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores e ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

À face do exposto, é primordial lembrar que o PROEJA faz parte apenas da rede de instituições federais de educação profissional compreendendo a Universidade Federal Tecnológica do Paraná; os Centros Federais de Educação, Ciências e Tecnologias; as Escolas Técnicas Federais; as Escolas Agrotécnicas Federais; as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, inclusive quaisquer outros estabelecimentos educacionais que venham a ser criados (*Ibid.*).

Contemporaneamente, podemos traçar o Plano Nacional de Educação (PNE), criado por intermédio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, como uma política pública emblemática, que traz algumas estratégias para a implementação de ações que visam garantir o direito à profissionalização.

### 3 À BAILA DE ALEGAÇÕES E ARGUMENTOS FINAIS

Em síntese, reconhecemos que uma proposta curricular de EPT emancipatória e libertadora, implica a (re)integração e (re)formulações de concepções políticas, epistemológicas, éticas e pedagógicas por um projeto que transcenda o reducionismo tecnicista. *Pari passu*, o currículo deve possibilitar novos paradigmas de formação humana e articulação ao usufruto do direito social à educação básica e à formação profissional. Isto posto, exige-se uma repolitização que considere as dimensões da formação profissional e humana, sem perder a perspectiva de totalidade, proporcionando um currículo capaz de realizar vicissitudes societárias de grande abrangência.

Grosso modo, aduzimos que a construção de um sistema de inovação na EPT emerge como estratégia positiva, visto que os estabelecimentos educacionais funcionam como espaços essenciais na ampliação e no fortalecimento dessa modalidade de educação. Isto posto, as instituições federais que tratam dessa incumbência assumem o papel de atores sociais na de produção de saberes laborais, principalmente, porque são instituições com emblemática capilaridade no território nacional, a datar da expansão da rede federal de ensino profissional.

Sumariamente, tendo em vista que a sociedade brasileira está inserida nos circuitos de um regime exploratório escravista (que sucumbiu há apenas 130 anos), predomina ainda uma segmentação sobremodo nítida entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. À vista disso, as profissões que usavam o trabalho manual foram historicamente menosprezadas e exercidas por sujeitos advindos do pauperismo. Logo, o trabalho intelectual foi extremamente valorizado, direcionado à classe burguesa (filhos da elite), preparados para ocupar os cargos e funções de prerrogativas do serviço público e administradores em âmbito privado.

Constatamos que, a EPT pode ampliar as perspectivas dos estudantes, representando estratégias relevantes para o desenvolvimento pessoal, profissional, técnico e tecnológico dos sujeitos nela inseridos. Não obstante, mesmo a EPT propiciando maior empregabilidade, urge recordar que, somente, a educação, não é a única com capacidade de geração de renda e trabalho, haja vista haver a dependência da estrutura produtiva que poderá criar alternativas e destinação de recursos para essa pasta.

Sinteticamente, a despeito do predomínio da produção e desenvolvimento econômico que ainda persiste nos países centrais, o investimento em EPT, colocou o Brasil em destaque sobre sua produtividade em inovações tecnológicas. Nessas tessituras, emerge o aumento de produção nacional, mediante uma série de fatores legais, institucionais e políticas que reverberam em vicissitudes sócio-históricas.

Este estudo teve caráter contemplativo. Contudo, em nenhum momento pretendíamos esgotar o estado da arte, haja vista as suas multiplicidades de âmbitos a serem pesquisados. Assim, propomos que investigadores acadêmico-científicos aprofundem estudos concernentes aos à EPT no Ceará, delimitando esse contexto *sui generis*, levando em conta os dispositivos legais estaduais e municipais que compõem esse arsenal jurídico. *Data venia*, contemporaneamente, a EPT é representada preponderantemente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

## REFERÊNCIAS

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Paco, 2016, 476p.



### CURRÍCULO DO AUTOR

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC).  
Especialista em <sup>1</sup>Gestão e Coordenação Escolar (FVJ); <sup>2</sup>Tecnologias e Educação a Distância (UCAM); <sup>3</sup>Educação Especial e Inclusiva (FESL); <sup>4</sup>Gestão Pública (UNILAB); <sup>5</sup>Gênero e Diversidade na Escola (UFC); <sup>6</sup>Psicopedagogia Clínica, Institucional e Ludopedagogia (UCAM); <sup>7</sup>Neuropsicopedagogia (FLATED); Educação Infantil (FLATED); <sup>8</sup>Serviço Social e Políticas Públicas (INTERVALE); <sup>9</sup>Serviço Social Organizacional (INTERVALE); <sup>10</sup>Metodologia do ensino de Língua Portuguesa (INTERVALE); <sup>11</sup>Docência na Educação Básica (IFMG); <sup>12</sup>Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB), <sup>13</sup>Gestão Empresarial (Intervale); <sup>14</sup>Educação de Jovens e Adultos (IFRO).  
Graduado em Pedagogia (UECE); Letras Português-Inglês (FGD); Letras Português-Espanhol (FGD) e Serviço Social (UNIP). Professor de Educação Básica.  
Professor universitário com experiência nos cursos de Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia (Primus); Educação Inclusiva e Educação Infantil (FASEC) e Pedagogia e Tecnologia em Recursos Humanos (IVA). Contemporaneamente, atua na Educação Básica como docente concursado na EJA e na Educação Infantil. Executa atividades de assessoria acadêmica para graduandos e pós-graduandos *lato e stricto sensu*. E-mail: [pedagogo.uece@hotmail.com](mailto:pedagogo.uece@hotmail.com)